

## O IDOSO E O ESPAÇO PÚBLICO URBANO: ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE E PERSPECTIVAS PÓS-PANDEMIA DE COVID-19

Ana Carolina Resende Vasconcelos<sup>1</sup>  
Letícia Altomare Carvalho Nunes Ferreira<sup>2</sup>  
Marianne Rodrigues Vieira<sup>3</sup>  
Priscila Castro de Oliveira<sup>4</sup>  
Emmanuel Sá Resende Pedroso<sup>5</sup>

### RESUMO

As cidades brasileiras têm passado por muitas transformações em seu perfil demográfico nas últimas décadas, sendo uma das mais visíveis o aumento da população idosa. Assim, é importante a realização de trabalhos voltados para a adequação do espaço público urbano às demandas do idoso. Nesse processo, a promoção da acessibilidade é fundamental. No entanto, o vislumbre de mudanças significativas na realidade pós-pandemia de Covid-19, acaba por demandar ponderações acerca das ações até então praticadas de uma forma geral, inclusive junto a pesquisas. O presente estudo parte desse entendimento ao apresentar como objetivo geral a realização de reflexões acerca da análise da acessibilidade em espaços públicos das cidades brasileiras, tendo em vista as expectativas e demandas da população idosa, e de possíveis alterações junto à mesma, decorrentes da assimilação de novas questões relacionadas ao cenário pós-pandemia. Para tanto, foram empregadas a técnica de documentação indireta, que permitiu uma revisão bibliográfica sobre os temas envelhecimento, acessibilidade, apropriação, espaço público urbano e avaliação de pós-ocupação (APO), além da obtenção de informações referentes à Covid-19, e a técnica da documentação direta, que viabilizou a consulta à ferramenta de análise da acessibilidade adotada como base para as ponderações a serem realizadas. Logo, por meio deste trabalho, foi possível alcançar entendimentos sobre a análise da acessibilidade, já considerando a contemplação de prováveis pontos inerentes à uma nova relação do idoso com o espaço urbano público a ser apresentada no período após a pandemia, que podem caracterizar diretrizes para estudos futuros.

**Palavras-chave:** Idoso, Espaço urbano público, Acessibilidade, Covid-19.

### INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras têm apresentado nas últimas décadas um acelerado processo de envelhecimento de sua população. Entretanto, em muitos municípios os espaços públicos

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, [ana.vasconcelos@arquitetura.ufjf.br](mailto:ana.vasconcelos@arquitetura.ufjf.br)

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, [leticia.altomare@arquitetura.ufjf.br](mailto:leticia.altomare@arquitetura.ufjf.br);

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, [marianne.vieira@arquitetura.ufjf.br](mailto:marianne.vieira@arquitetura.ufjf.br);

<sup>4</sup> Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, [priscila.oliveira@arquitetura.ufjf.br](mailto:priscila.oliveira@arquitetura.ufjf.br);

<sup>5</sup> Professor orientador: Doutor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, [emmanuel.pedroso@arquitetura.ufjf.br](mailto:emmanuel.pedroso@arquitetura.ufjf.br).

urbanos não são acessíveis, o que prejudica diretamente o seu uso pela pessoa idosa. Paralelamente, nas cidades de médio a grande porte há um agravante, na medida em que nas mesmas são por vezes constatadas modificações da paisagem urbana decorrentes da crescente urbanização. Essas alterações impactam diretamente no modo de viver da população. Nesse contexto, o idoso, por geralmente revelar um maior laço afetivo com os espaços públicos urbanos, dado o seu percurso vivencial maior se comparado aos das demais gerações, pode vir a sofrer mais com essas mudanças.

Além disso, a disseminação da Covid-19 no país traz consigo diversas reflexões referentes à relação entre o ser humano – neste caso, a pessoa idosa – e o meio urbano, haja vista a necessária implementação de medidas de combate ao vírus, que inevitavelmente incidem sobre o comportamento do indivíduo. A essa questão, agrega-se a análise da acessibilidade, problemática historicamente presente no dia a dia da população. As dificuldades adicionais relativas às barreiras de acessibilidade agora são reforçadas pela pandemia, quarentena e isolamento físico e social. Dessa forma, é essencial que a cidade acessível e passível de apropriação pelo idoso, também não apresente riscos à sua saúde.

Assim, o presente estudo tem como objetivo geral a realização de reflexões e ponderações acerca da análise de acessibilidade em espaços públicos urbanos, levando em conta as necessidades e expectativas da população idosa, mediante a existência de possíveis novas demandas oriundas do novo cenário pós-pandemia de Covid-19<sup>6</sup>. Para tanto, além desta introdução, o trabalho aqui apresentado é composto pela metodologia empregada; pelo referencial teórico adotado; pelos resultados e discussões referentes à análise da acessibilidade tendo em vista a nova realidade prevista; pelas considerações finais; e referências utilizadas.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada no desenvolvimento deste trabalho, compreende a utilização das técnicas de documentação indireta e direta. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 174), a técnica da documentação indireta “é a fase da pesquisa realizada com intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse” e tal técnica pode ser realizada por meio de pesquisas documentais e/ou bibliográficas. Neste estudo, seu emprego possibilitou uma

---

<sup>6</sup> O presente trabalho foi elaborado no Projeto de Treinamento Profissional de Acessibilidade em Edifícios e Espaços Públicos de Juiz de Fora, realizado entre 2019 e 2020 pelas acadêmicas Ana Carolina Resende Vasconcelos, Letícia Altomare Carvalho Nunes Ferreira, Marianne Rodrigues Vieira e Priscila Castro de Oliveira e pelo orientador Emmanuel Sá Resende Pedroso.

revisão bibliográfica acerca dos temas envelhecimento, acessibilidade, apropriação, espaço público urbano e avaliação pós-ocupação (APO), além de uma consulta a informações e dados referentes à Covid-19.

Outra técnica empregada neste estudo foi a de documentação direta. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 186), essa técnica “[...] constitui-se, em geral, no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem.” Esse levantamento de dados, ainda de acordo com as autoras, pode se dar por meio de pesquisas de campo ou laboratoriais (MARCONI; LAKATOS, 2003). Neste estudo, a documentação direta foi utilizada para a consulta a uma ferramenta de análise da acessibilidade, elaborada pelos autores deste trabalho antes da pandemia de Covid-19 e adotada como base para a verificação de possíveis impactos advindos da nova realidade que se apresenta, bem como para as ponderações e reflexões pretendidas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo engloba uma reflexão a respeito da acessibilidade nos espaços públicos sob a perspectiva do idoso, com a consideração de possíveis impactos decorrentes da pandemia de Covid-19. Logo, é necessária a abordagem de temas que viabilizem a realização dessas ponderações, tais como envelhecimento, acessibilidade, apropriação, espaço público urbano e avaliação de pós-ocupação (APO), além da Covid-19.

Envelhecer é um processo natural do ser humano. As diversas mudanças que ocorrem neste período – físicas, psicológicas e sociais – afetam de maneiras diferentes cada indivíduo. Todavia, o critério cronológico é largamente adotado para caracterizar o idoso. De acordo com a Política Nacional do Idoso Política Nacional do Idoso (Lei nº 8842 de 1994) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), a pessoa é considerada idosa quando apresenta idade igual ou superior a 60 anos (BRASIL, 1994, 2003). No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse crescimento é percebido pelo aumento da participação relativa dos indivíduos com 65 anos ou mais, que era de 4,8% no ano de 1991, passando para 5,9% no ano de 2000 e 7,4% no ano de 2010 (IBGE, 2011). A perda da capacidade funcional<sup>7</sup> do indivíduo, característica do processo de envelhecimento, interfere diretamente na sua relação com o ambiente construído. Logo, é

---

<sup>7</sup> A capacidade funcional pode ser definida como “[...] potencial que os idosos apresentam para decidir e atuar em suas vidas de forma independente, no seu cotidiano” (MATSUDO, 2000 apud FIEDLER, 2008, p. 1).

extremamente importante que o espaço no qual o idoso se insere seja acessível. A acessibilidade, pode ser entendida como:

[...] possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2015, p. 2).

Para a elaboração e construção de espaços acessíveis, é necessário excluir as barreiras existentes no ambiente. Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, também denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015), a barreira se caracteriza por “[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa [...]” (BRASIL, 2015, s/p). Segundo a mesma lei, existem seis tipos de barreiras,: (1) arquitetônicas, que se apresentam como elementos construtivos indevidamente posicionados; (2) urbanísticas, presentes nos espaços públicos urbanos, observada principalmente junto à qualidade da pavimentação e conservação das calçadas; (3) comunicacionais, que são aquelas que impedem o acesso ou troca de informações por parte de todas as pessoas; (4) tecnológicas, que são as não oferecem ou dificultam o acesso tecnológico à pessoas com diferentes necessidades; (5) atitudinais, referentes aos comportamentos que prejudicam a participação social das pessoas com deficiência; e (6) de transportes, existentes nos meios de locomoção que não oferecem suporte às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, s/p).

Aqui, é importante abordar o conceito de acessibilidade espacial. A acessibilidade espacial, de acordo com Dischinger, Ely e Piardi (2012), corresponde à análise da acessibilidade em um determinado local, a partir de quatro componentes: (1) das condições de orientação das pessoas no espaço; (2) das possibilidades de deslocamento das mesmas, de maneira segura e sem barreiras; (3) das possibilidades de comunicação – por meio de sinalização, características espaciais ou relações interpessoais – existentes no ambiente; e (4) pelos usos disponibilizados.

Assegurar a utilização do espaço por todos é imprescindível. O ambiente precisa atender às necessidades de cada usuário. Neste processo, a garantia de uso deve ser aliada à oferta de condições de identificação entre as pessoas e o meio e consequente apropriação deste. Segundo Fischer (1994, s/p.), a apropriação espacial “[...] faz parte do esquema de

conduta desenvolvido na relação entre indivíduo e ambiente. É um processo psicológico de ação e intervenção sobre um espaço, a fim de transformá-lo e personalizá-lo”.

Portanto, a apropriação resulta de uma identificação entre o indivíduo e o ambiente. Tal elo por vezes é constatado na relação entre a pessoa idosa e a cidade, como afirma Pedroso (2007):

Enquanto o idoso carrega consigo a cultura e história de seu povo em sua memória (acumuladas por gerações e vivenciadas ao longo da vida), a cidade as materializa em suas formas e espaços, conformando e espacializando sua identidade (PEDROSO, 2007, p. 51).

O espaço público urbano compreende todos os “[...] espaços públicos livres (ruas, praças, jardins, parques, praias, rios, mar) e elementos morfológicos que são visíveis a partir desses espaços” (COTRIM, 2005, p. 8). Com isso, a cidade é o cenário onde ocorrem diversas atividades da vida cotidiana e grande parte das interações ser humano/meio.

Eis o que é espaço urbano: Fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais (CORRÊA, 1995, p. 9).

O espaço público urbano deve, pois, ser utilizado por todos e permitir a sua apropriação por todo e qualquer indivíduo. Ambas as questões podem ser verificadas junto ao ambiente construído por meio da APO. Esta, compreende um processo de avaliação de desempenho do ambiente construído, realizado após determinado tempo de sua ocupação. A APO possui como enfoque os ocupantes e suas necessidades, a fim de avaliar a influência e as consequências das decisões projetuais no desempenho do local considerado (RHEINGANTZ *et al.*, 2009).

Todavia, a pandemia de Covid-19 impactou diretamente na relação entre a população e a cidade. Neste cenário, a relação das pessoas – da parcela da população que pode estar em quarentena - com o espaço público urbano diminuiu significativamente, sendo limitado, durante a maior parte do tempo, às suas residências. Assim, os sistemas de comunicação tornaram-se o principal meio para estabelecer as interações sociais, tornando distante a relação presencial. “Devemos reduzir a concentração de pessoas, o tempo de exposição, e o tempo que passam juntas. Se reduzirmos esses fatores, reduzimos o risco” (MINGUILLÓN, 2020, p. 7).

Logo, as cidades, após a pandemia de Covid-19, precisarão adequar-se às novas demandas espaciais, em decorrência do distanciamento social.

A apreensão dos temas aqui mencionados, pois, é essencial para a realização das ponderações pretendidas acerca da análise da acessibilidade, tendo em vista a nova realidade a se apresentar após a pandemia de Covid-19.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

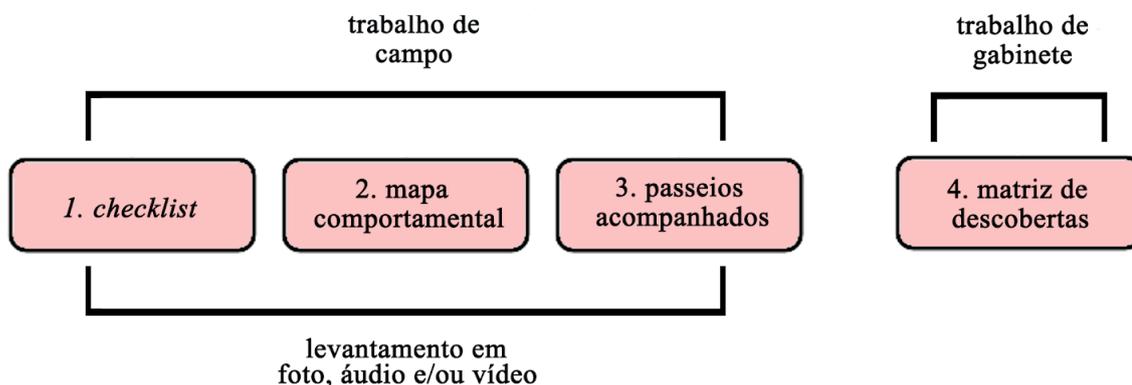
A realização de reflexões sobre possíveis impactos da pandemia de Covid-19 no processo de análise da acessibilidade em espaço urbanos públicos tendo em vista as necessidades da pessoa idosa, meta estabelecida por este estudo, demanda a análise de técnicas ou procedimentos vigentes até o período recente, para que sejam possíveis comparações entre os cenários anterior e posterior à pandemia. Dessa forma, foi adotada a ferramenta de análise da acessibilidade em espaços urbanos públicos, com base nas expectativas da pessoa idosa, elaborada pelos autores deste trabalho.

Aqui, é importante ressaltar que, embora tenha sido desenvolvido para a aplicação na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil, o instrumento escolhido, mediante pequenos ajustes relacionados sobretudo a questões de legislação (estaduais e/ou municipais), pode ser direcionado a outros municípios brasileiros, o que contribui para a ampliação do alcance das questões levantadas neste artigo. Assim, junto à descrição da ferramenta em questão, são apresentadas questões referentes à pandemia de Covid-19 e as reflexões decorrentes desse novo cenário.

A ferramenta de análise da acessibilidade adotada neste estudo é direcionada a áreas a serem delimitadas junto ao espaço público urbano e engloba quatro fases estruturadas com base em técnicas de APO: etapa 1, com a aplicação de um *checklist* focalizado em acessibilidade; etapa 2, com o emprego do mapa comportamental voltado para a observação de relações entre acessibilidade e apropriação; etapa 3, com a realização de passeios acompanhados, a fim de possibilitar o aprofundamento das questões verificadas na fase anterior; e etapa 4, com o tratamento de dados, com o auxílio da matriz de descobertas. Em tempo, ao longo do trabalho de campo – que compreende as três primeiras etapas – há também o levantamento das atividades desenvolvidas, em foto, áudio e/ou vídeo (Figura 01).

Em cada fase da aplicação desse instrumento, são averiguadas as áreas de permanência, calçadas, vias, travessias e cruzamentos.

Figura 01: Estrutura da Ferramenta de análise da acessibilidade em espaços públicos urbanos.



Fonte: Arquivo próprio.

Adotado na primeira etapa da ferramenta, o *checklist* consiste em uma lista organizada em critérios e pré-requisitos a serem discutidos e analisados (KOWALTOWSKI *et al.*, 2013). No instrumento em questão, essa técnica foi empregada para a verificação da acessibilidade. Para tanto, são verificadas as condições de deslocamento, uso, comunicação e orientação no espaço urbano, a partir das calçadas, travessias e cruzamentos e vias existentes. Essa técnica deve ser mantida na ferramenta após a pandemia, haja vista que ela continuará possibilitando a verificação das condições de orientação, deslocamento, comunicação e uso do espaço público urbano pelo idoso. No entanto, possíveis novas demandas – como, por exemplo, áreas para a higienização e sinalização destinada ao distanciamento social – devem ser incorporadas no futuro.

A segunda técnica do instrumento é o mapa comportamental. Por meio deste, é possível analisar a interação entre o indivíduo e o ambiente, a fim de observar o comportamento e as atividades realizadas pelos usuários de um espaço (RHEINGANTZ *et al.*, 2009). Nos mapas da ferramenta de análise da acessibilidade, são registrados tempo de permanência, fluxos de pessoas, interações, atividades existentes e possíveis barreiras encontradas. A técnica em questão deve permanecer no instrumento no período pós-pandemia, dada a importância da observação do comportamento dos idosos no espaço público urbano diante, sobretudo, da necessidade de distanciamento social.

O passeio acompanhado, terceira técnica componente da ferramenta, permite apreender questões referentes à relação entre o indivíduo e o ambiente, por meio do relato do usuário de sua experiência ao longo de um percurso pelo local estudado (DISCHINGER, 2000). No instrumento considerado neste estudo, os dados obtidos são agrupados com base

nos componentes da acessibilidade espacial e nas barreiras encontradas. A permanência dessa técnica no instrumento após a pandemia de Covid-19 poderá continuar proporcionando o aprofundamento de questões verificadas na relação entre os idosos e o espaço público urbano. Todavia, as iminentes alterações na aplicação dessa técnica, decorrentes do afastamento necessário entre o pesquisador e o participante, podem levar à ocorrência de perdas junto ao registro dos dados. Em tempo, o levantamento em foto, áudio e/ou vídeo das ações, previsto para acompanhar as três etapas até aqui descritas, não deve sofrer alterações.

Uma vez finalizado o trabalho de campo, tem-se o trabalho de gabinete, caracterizado pela adoção da matriz de descobertas. Esta corresponde a um instrumento de tratamento de dados, elaborado por Helena Rodrigues e Isabelle Soares, que tem como objetivo sintetizar graficamente os principais resultados alcançados por meio de outras técnicas de APO (RHEINGANTZ *et al.*, 2009). No tratamento dos dados do instrumento de análise em questão, enquanto um gráfico apresenta as relações apreendidas entre os componentes da acessibilidade espacial e as barreiras verificadas na área estudada, a matriz apresenta esses dados, juntamente com observações relacionadas ao uso e à apropriação do espaço público urbano pelos idosos. O gráfico e a matriz de descobertas, uma vez mantidos na ferramenta de análise da acessibilidade, continuarão a permitir a exibição dos resultados alcançados com a ferramenta, de forma direta. Tal objetividade, por sua vez, também tornará possível o estabelecimento de novos itens na matriz, junto aos quais os dados poderão ser agrupados, como áreas e equipamentos disponibilizados à higienização e demarcações e sinalizações voltadas ao distanciamento social em locais de permanência e/ou fluxo de pessoas.

Em tempo, outras técnicas de APO podem ser incorporadas no estudo, como resposta aos novos desafios da análise em acessibilidade no espaço público urbano. A realização, por exemplo, de grupos focais com os idosos de maneira remota, pode ser um importante meio de apreensão de dados acerca da relação dos mesmos com a cidade. Todavia, a dificuldade ou a falta de acesso aos recursos necessários a essa atividade – computador e internet – de parte da população idosa devem ser consideradas.

A partir da ferramenta adotada como base para as ponderações aqui realizadas, é possível vislumbrar algumas alterações na análise da acessibilidade, decorrentes da pandemia de Covid-19. Essas modificações, por sua vez, estão relacionadas sobretudo a medidas atualmente necessárias à segurança e saúde da população, como higienização e distanciamento social, atuando predominantemente junto às técnicas que implicam no contato

direto entre o pesquisador e o participante, como o mapa comportamental e o passeio acompanhado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente, a maior parte dos espaços públicos urbanos verificados nas cidades brasileiras já não era acessível antes da pandemia, condição esta que certamente será mantida junto aos mesmos – ao menos a curto prazo – no futuro. Além disso, a disseminação da Covid-19 tem levado à adoção de uma série de medidas restritivas à circulação e concentração de pessoas – como a diminuição ou mesmo impedimento do acesso a locais e serviços e o distanciamento social. Essas ações impactam diretamente na relação da população com a cidade, podendo maximizar muitas das barreiras existentes em ruas, praças e parques e que já prejudicavam o uso e a apropriação do espaço urbano pelo idoso, no período anterior ao surto. Tal constatação ressalta a importância e urgência da realização de reflexões e estudos acerca das condições de acessibilidade oferecidas pelas cidades. O contato direto entre o pesquisador e o participante, presente em muitas técnicas adotadas nas pesquisas até então realizadas, precisará ser revisto – ao menos enquanto não se obtém uma vacina. Assim, as ponderações aqui realizadas – mesmo focalizadas em uma ferramenta de abrangência local que, como já colocado, pode ser estendida – não somente contribuem para a necessária revisão do instrumento em questão, mas também podem orientar estudos subsequentes, na medida em que discute prováveis aspectos inerentes à uma nova relação entre o idoso e o espaço público urbano, devido à pandemia de Covid-19.

## AGRADECIMENTOS

É importante agradecer à Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PROGRAD/UFJF) pelo apoio dado ao Projeto de Treinamento Profissional de Acessibilidade em Edifícios e Espaços Públicos de Juiz de Fora, no qual foram elaborados o presente estudo e a ferramenta de análise da acessibilidade no espaço público urbano, adotada como base para as reflexões realizadas.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2015. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Leis. Lei nº 13146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BRASIL. Leis. Lei nº 8842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 jan. 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm)>. Acesso em: 14 mai. 2020.

BRASIL. Leis. Lei nº 10741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm)>. Acesso em: 14 mai. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

COTRIM, Gilberto. **História Global – Brasil e Geral** – volume único / 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DISCHINGER, Marta; ELY, Vera Helena Moro Bins; PIARDI, Sonia Maria Demeda Groisman (ed.). **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público**. Florianópolis: Ministério Público do Estado de Santa Catarina, 2012. Disponível em: <[http://www.mpam.mp.br/attachments/article/5533/manual\\_acessibilidade\\_compactado.pdf](http://www.mpam.mp.br/attachments/article/5533/manual_acessibilidade_compactado.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2018.

DISCHINGER, Marta. **Designing for all senses: Accessible spaces for visually impaired citizens**. 2000. 260f. Thesis (for the degree of Doctor of Philosophy) - Department of Space and Process School of Architecture, Chalmers University of Technology, Göteborg, Suécia, 2000. Disponível em: <<https://core.ac.uk/reader/70558586>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

FIEDLER MM, Peres KG. **Capacidade funcional e fatores associados em idosos do sul do Brasil: um estudo de base populacional.** Cad Saude Publica 2008; 24(2):409-415. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v24n2/19.pdf>>. Acesso em: 05 jun 2020.

FISCHER, Gustave Nicolas. **Psicologia social do ambiente.** São Paulo: Perspectivas Ecológicas, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Primeiros resultados definitivos do Censo 2010: população do Brasil é de 190.755.799 pessoas** - Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&idnoticia=1866&t=primeiros-resultados-definitivos-censo-2010-populacao-brasil-190-755-799-pessoas&view=noticia>>. Acesso em: 28 maio 2020.

KOWALTOWSKI, Doris Catharine Cornélie Knatz *et al.* **Métodos e instrumentos de avaliação de projetos destinados à habitação de interesse social.** In: VILLA, S. B.; ONSTEIN, S.W. (Orgs.). Qualidade ambiental na habitação: avaliação pós-ocupação. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. p. 149-184.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINGUILLÓN, Maricruz. **Radiografia de três surtos de coronavírus: como se infectaram e como podemos evitar.** El País, 15 junho 2020. Pandemia de Coronavírus. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-16/radiografia-de-tres-surtos-de-coronavirus-como-se-infectaram-e-como-podemos-evitar.html>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

PEDROSO, Emmanuel Sá Resende. **A memória do idoso e a identidade da cidade como referências na análise da apropriação formal/espacial do espaço urbano.** 159 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso *et al.* **Observando a qualidade do lugar Procedimentos para a avaliação pós-ocupação.** Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.